

NA CONTRAMÃO DA CIDADANIA: INDIVÍDUOS ANÔNIMOS PASSIVOS NO JORNAL NACIONAL

Fernanda Vasquez Ferreira¹

Marcelli Alves²

RESUMO:

Que representações têm os indivíduos anônimos no telejornal de maior audiência da televisão brasileira, o Jornal Nacional? Este trabalho está vinculado às temáticas de cidadania ativa e passiva, fontes de informação no respectivo telejornal e as questões relativas à constituição de uma cidadania plena por meio das instâncias midiáticas. Para tal, foi feita a análise de conteúdo dos telejornais a partir da teoria das representações e outras abordagens teóricas. O artigo é parte do resultado de trabalho de mestrado e traz importante diagnóstico de como são representados os indivíduos anônimos e que condições de cidadania eles têm no telejornal.

PALAVRAS-CHAVE: representações; indivíduos anônimos; Jornal Nacional; cidadania

ABSTRACT

What representations have anonymous individuals on the news most watched Brazilian television, the National Journal? This work is linked to the themes of active and passive citizenship, sources of information on their television news and issues relating to establishment of full citizenship through media bodies. To this end, the content analysis of television news from the representation theory and other theoretical approaches. The article is part of the result of the work of masters and brings important diagnostic are represented as anonymous individuals and conditions of citizenship they have on the news.

KEYWORDS: representations; anonymous individuals; National Journal; citizenship

RESUMEN

¿Qué representaciones tienen los individuos anónimos en las noticias de la televisión brasileña más visto, el Diario Nacional? Este trabajo está vinculado a los temas de la ciudadanía activa y pasiva, las fuentes de información sobre sus noticias y temas relacionados con la creación de una ciudadanía plena a través de los órganos de los medios de televisión. Para ello, el análisis de contenido de noticias de la televisión de la teoría de la representación y de otros enfoques teóricos. El artículo es parte del resultado del trabajo de los maestros y trae importantes de diagnóstico se representan como personas anónimas y las condiciones de la ciudadanía que tienen sobre las noticias.

Palabras clave: representaciones; personas anónimas; Diario Nacional; ciudadanía

¹ Doutoranda no programa de pós-graduação da Faculdade de Comunicação da universidade de Brasília (UNB). Professora do curso de Comunicação Social –Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Católica de Brasília (UCB).

² Doutoranda no programa de pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB). Professora Assistente da Universidade do Maranhão (UFMA).

1 INTRODUÇÃO

Dada a importância assumida pela televisão no Brasil como um dos principais instrumentos de referencialidade para os indivíduos, o telejornal cumpre papel importante que é o de fornecer à população uma atualização da ação dos indivíduos, grupos e setores econômicos e políticos do País, tornando-se uma das principais estruturas comunicativas nacionais e desempenhando papel decisivo para a promoção da integração do País e na constituição de identidades³. Ou seja, boa parte da realidade que é apresentada ao indivíduo e o constitui, é fornecida pelas notícias e pelos elementos que a compõe (fato, fontes, imagens e sons). Da mesma maneira, a representação que ele tem de si próprio é constituída pelas representações veiculadas na televisão.

O problema que se coloca para este artigo reside na seguinte pergunta: que representações têm os indivíduos anônimos⁴ no telejornal de maior audiência brasileiro, o Jornal Nacional, da Rede Globo? Para a realização dessa pesquisa, a análise de conteúdo dos telejornais foi utilizada como método. Todavia, o percurso teórico-metodológico desde a construção do problema inclui a revisão bibliográfica pertinente à discussão das representações sociais, cidadania, televisão e fontes de informação, trazendo conceitos e abordagens de autores importantes da área da comunicação e da sociologia.

O período analisado, de 4 de julho a 24 de agosto de 2006, constituiu duas semanas construídas com um total de 14 telejornais analisados. O recorte feito leva em conta que é no Jornal Nacional que os brasileiros têm a chance de se informar sobre os principais fatos que aconteceram no Brasil e no mundo⁵ e têm condições de construir sua realidade social e, em tese, ver-se representado no telejornal.

O recorte feito revelou que o Jornal Nacional apresentou 206 produções jornalísticas que variavam em formato. Desse total, 97 eram matérias⁶, 40 eram notas cobertas⁷, 25 notas secas⁸, 30 eram passagens ao vivo⁹.

³ WOLTON, 2004.

⁴ Entende-se por indivíduos anônimos aqueles que não se constituem personalidades públicas da área econômica, política ou outras. São pessoas comuns que, normalmente, são os personagens do conteúdo telejornalístico, as quais representam a maioria da população, geralmente não identificada e sem lugar de fala autorizada nos telejornais, como representantes de setores públicos ou privados da sociedade.

⁵ William Bonner, editor-chefe do Jornal Nacional, em palestra conferida à Universidade de Brasília, em 2005 definiu que notícia para o telejornal é “tudo aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo”.

⁶ O termo matéria refere-se ao formato telejornalístico que apresenta o conteúdo por intermédio da fala do apresentador que chama um repórter e, esse, por sua vez, introduz um ou mais entrevistados, com imagens do fato noticiado. Esse formato geralmente tem começo, meio e fim.

Desse modo, busca uma análise interdisciplinar do telejornal de maior audiência contribui indicando possibilidades para a consolidação de práticas jornalísticas audiovisuais mais cidadãs com vistas a uma cidadania plena, conforme discorre Carvalho (2004).

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Ao serem representados nos telejornais, os indivíduos anônimos reproduzem uma percepção retida na lembrança ou no conteúdo do pensamento dos grupos sociais, influenciando na configuração da realidade, interferindo nas percepções e na constituição da identidade grupal. Uma vez que essas representações¹⁰, formam categorias de pensamento que expressam e explicam a realidade, justificando-a ou questionando-a, dependendo da intenção¹¹ ou da pretensão do telejornal. Ou seja, os indivíduos anônimos acabam por dizer qual é o sentido que o telejornal quer produzir ou reproduzir em dado momento para a sua audiência. Se forem levadas em consideração que somos indivíduos capazes de termos “visões de mundo¹²” a representação da vida social e cotidiana, dos fenômenos e fatos sociais no telejornal, reproduz uma ou mais visões de mundo que irão constituir um todo significativo para aqueles que são os receptores do conteúdo telejornalístico. Dessa maneira, ao representarem uma visão de mundo, esses indivíduos têm valores e reproduzem esses valores através de tipificações. Essas, por sua vez, fazem com que haja uma identificação entre o indivíduo que aparece na tela da televisão e o que está do outro lado, na condição de receptor. Os indivíduos, portanto, por meio das tipificações se reconhecem e reconhecem o outro significativo.

Essas representações são coletivas e traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Se determinada sociedade aceita ou condena

⁷ O termo nota coberta refere-se ao texto lido pelo apresentador em estúdio com imagens do fato.

⁸ Nota seca se refere ao texto lido pelo apresentador em estúdio, mas sem imagem do fato.

⁹ O termo passagem ao vivo diz respeito ao momento em que o repórter está cobrindo o fato, podendo se desdobrar em imagens ao vivo, quando o repórter comenta, mas não aparece.

¹⁰ O conceito de representação social foi trabalhado explicitamente pela primeira vez por Émile Durkheim. Usado no mesmo sentido de representações coletivas, o termo se refere às categorias de pensamento por meio das quais determinada sociedade elabora e expressa a sua realidade. Essas representações não são dadas a priori. Surgem dos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos sociais que podem ser observados e interpretados. As representações sociais são definidas por um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas e que se comportam de maneira específica.

¹¹ As falas na televisão têm uma intencionalidade e podem ser tipificadas. Os depoimentos podem ser analisados a partir da pessoa que diz, do que diz e de que forma diz. “*A pessoa que diz é a autoridade, portanto goza de prestígio e, por conseguinte, o que disser será acatado, sobretudo levando-se em conta a forma pela qual acaba por dizer algo. Assim o verbal interage com o pessoal, tornando- indissociável*”.

¹² Essas visões de mundo são coletivas, são as concepções de mundo elaboradas pelos grupos dominantes que cada sociedade necessita ter para se manter.

certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais. Para isso, é importante entender como essa sociedade se constitui, qual é a sua natureza e os seus símbolos refletem uma estrutura pré-estabelecida entre interesses divergentes ou concorrentes dos grupos dominantes e dos grupos dominados¹³ que determinam de algum modo, a maneira de pensar da coletividade. Ou seja, a representação que uma coletividade tem de si mesma é o resultado de uma concorrência de interesses, onde prevalece a visão de mundo dos grupos mais favorecidos econômica e politicamente. O jornalismo, portanto, e, especificamente, o telejornalismo, ao reproduzir a tendência das forças hegemônicas¹⁴, sem autonomia de perspectiva diante dos fatos, legitima essas forças, em detrimento da informação e do seu potencial esclarecedor da realidade.

O modo, então, como o indivíduo é representado no telejornal, bem como a maneira como se apropria dessa representação, diz muito sobre a estrutura, formação e natureza de determinada sociedade. Grosso modo, a representação da estrutura da sociedade brasileira é perceptível ao ser representada pelos indivíduos anônimos no telejornalismo brasileiro, particularmente, no Jornal Nacional uma vez que esse telejornal, como foi demonstrado, tem os maiores índices de audiência. Os telejornais que mostraram o atentado do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa, em São Paulo no mês de maio de 2006¹⁵ ofereceram à população uma representação de indivíduos fragilizados, em condição de desvantagem social, sem poder de ação, porque estavam passivos e submetidos às ações do PCC. Indivíduos anônimos que ganharam espaço no Jornal Nacional como jamais fora visto antes. O número e o tempo de depoimentos desses anônimos foram surpreendentes nesse dia. As várias falas eram reproduzidas e denotavam a falência, a miopia e a incapacidade do Estado diante do crime organizado; a insegurança nas ruas de São Paulo; a fragilidade das pessoas; a falta de poder de ação; o caos social demonstrado pela ausência de transporte público e privado (táxi), situações corriqueiras no telejornal, mas que foram evidenciadas especialmente nesse dia por conta das ações do PCC.

Por exemplo, a falta de planejamento urbano e de transporte, a falta de segurança que produz uma sociedade amedrontada, a deficiência de treinamento dos policiais, os baixos salários dessa classe formam o cotidiano da realidade da população brasileira, são situações

¹³ O conceito de Durkheim é criticado por Marx uma vez que não considera essas relações de antagonismos e de poder.

¹⁴ RIBEIRO, 2001.

¹⁵ Telejornal gravado no dia 15 de maio de 2006, uma segunda-feira, que mostrou o terror em São Paulo provocado pela atuação do grupo organizado (PCC). Policiais, bombeiros e civis foram mortos, ônibus incendiados e a população ficaram à mercê, submetida ao terror que era espalhado.

corriqueiras que constituem o dia a dia. Mas no dia 15, tudo isso foi evidenciado pelos telejornais, os indivíduos anônimos puderam falar e falaram muito mais do que geralmente falam, eles tiveram voz, espaço, mas uma voz que demonstrava um clima de sofrimento, angústia e medo. O cotidiano do brasileiro, dessa vez, revelou-se na tela da televisão, só que de uma maneira muito mais acentuada. E a forma espetacular, repetitiva, fragmentada, dramatizada com que os fatos foram representados através das notícias provocaram um estado de alerta, medo e comoção generalizados na população de todo o País.

Em um manual sobre os direitos do telespectador, Eugênio Bucci (1996) afirma que os indivíduos têm de ser protegidos do sensacionalismo que potencializa a violência e a criminalidade. Pessoas humildes são, geralmente, presas como suspeitas, humilhadas e convertidas em atrações mórbidas para assegurar a audiência. Ao contrário, indivíduos com uma classe socioeconômica melhor não são extensivamente expostos na televisão. É essa a diferença entre indivíduos anônimos que não têm seu direito a ter direitos assegurados pela ausência e falha do Estado para os integrantes de classes sociais mais abastadas.

Desse modo, as imagens que a televisão e seus telejornais oferecem aos telespectadores cumprem importante papel à medida que constroem a realidade dos indivíduos a partir de suas várias representações no conteúdo imagético, constituem uma identidade grupal a partir dos seus modos de ver o mundo bem como são responsáveis pela constituição de um imaginário¹⁶ no receptor que, algumas vezes, é também o emissor das mensagens.

3 REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NA TV BRASILEIRA

Mattelart¹⁷ acredita em um retorno do indivíduo a partir de uma nova configuração da relação sociedade civil e Estado, mas questiona também qual é a importância deste indivíduo para a construção da cidadania e da democracia cotidiana, já que a posição dos indivíduos anônimos sempre foi desfavorecida nos órgãos e instituições existentes. É possível afirmar que no telejornal, os indivíduos anônimos não têm representatividade, poder de ação e não constroem a realidade social sob sua ótica, mas sob a ótica da televisão, da emissora ou grupo de comunicação, tendo excluída toda a sua possibilidade de mobilização mesmo em uma nova ordem, na qual esses indivíduos são os responsáveis pelo financiamento

¹⁶ O imaginário, conforme discussão de Maria Rita Kehl, é uma forma inconsciente produzida a partir da realidade e dos fatos sociais que constituem o conteúdo da televisão.

¹⁷ MATTELART; MATTELART, 2004.

e manutenção dessa importante estrutura comunicativa que é a televisão.

Traquina¹⁸ chega à conclusão de que nem todos os agentes sociais são iguais no seu acesso aos jornalistas e de que as fontes de informação oficiais são as fontes dominantes na produção de notícias. Isso porque as fontes não são iguais uma vez que se tiverem poder, serão procuradas pelos jornalistas. Caso contrário, dificilmente serão abordadas pelos profissionais da informação. Esses indivíduos anônimos que não têm poder não são procurados até que suas ações produzam notícias de desordem social ou moral.

Por outro lado, os que não têm acesso ao telejornal precisam recorrer a um acesso desordenado para conseguir espaço na televisão. Estas fontes compostas por indivíduos anônimos têm de “fazer notícias” de algum modo invadindo os preparativos contínuos da realização das notícias, gerando surpresa, choque, comoção, ou alguma forma mais violenta de perturbação.

E isso é o que acontece geralmente nos dois principais telejornais quando essas falas são representadas, em desvantagem social, exprimindo sofrimento, dor e humilhação. Em função da permanente necessidade de renovar os conteúdos produzidos e expostos na televisão. Há, na atualidade, uma crescente abertura para a representação das experiências da vida cotidiana de segmentos os mais diversificados da sociedade.

Cresce a criação de gêneros televisivos que se baseiam em indivíduos anônimos como objeto de exposição de práticas, comportamentos e valores. Por exemplo, programas de auditório onde são convidados indivíduos que expõem suas intimidades, dificuldades, aberrações genéticas e fragilidades. Na mesma proporção, crescem documentários que utilizam indivíduos anônimos e grupos sociais que, em geral, não eram representados, como fontes de informação para contarem suas histórias, seus “casos” de vida, como e de que forma vivem, o que fazem. São histórias, pautas que surgem do cotidiano, quando, por exemplo, são mostradas mulheres que do artesanato tiram sua renda e sustentam uma família. São os chamados “exemplos” de indivíduos que superam os limites e obstáculos que as desigualdades existentes no Brasil lhes impõem bem como as falências e ausências do Estado.

Nos telejornais, ao contrário, a recorrência de imagens e representações de indivíduos fragilizados é preponderante. Raras são as vezes em que os telejornais representam esses indivíduos com algum poder de ação, fala, capacidade criadora e realizadora, como sujeitos ou como cidadãos. Conforme a definição dada por Carvalho (2004) a respeito dos três

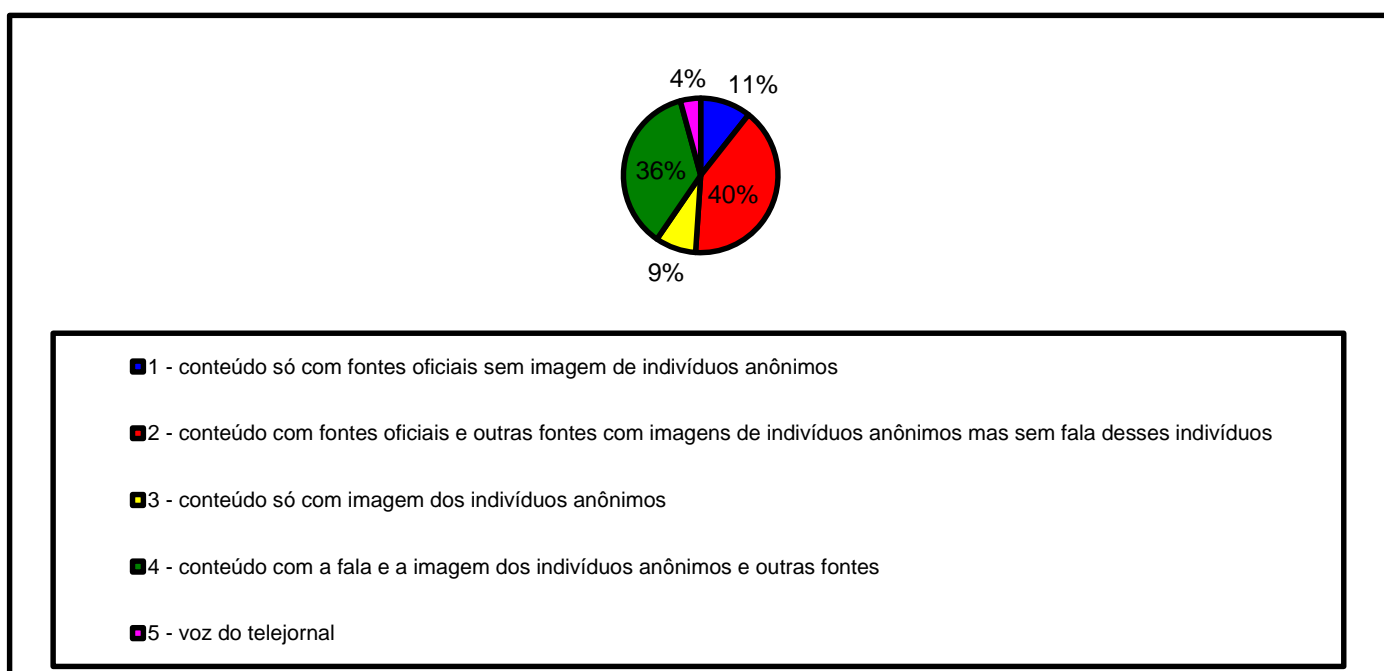
¹⁸ TRAQUINA, 2005.

tipos de cidadãos, é válido ressaltar que a segunda e terceira classe são os indivíduos que são representados no telejornal sem poder de ação, reforçando mais uma vez um discurso vertical, em que há prevalência das fontes oficiais sobre as fontes oficiosas e personagens.

4 ÍNDIVÍDUOS ANÔNIMOS: O PANO DE FUNDO DO JORNAL NACIONAL

Pode-se entender que a categoria de maior ocorrência no Jornal Nacional é a que representa o conteúdo com fontes oficiais e outras fontes (oficiosas e *experts*), com imagem dos indivíduos anônimos, mas sem a fala deles. Essa categoria apareceu 19 vezes e representou aproximadamente 40% do conteúdo do telejornal. Esse dado reafirma o dado anterior que demonstra que os indivíduos anônimos foram representados em uma pequena fatia do conteúdo do Jornal Nacional. Isso significa que os indivíduos anônimos não foram incluídos (imagem e fala) em 60% do conteúdo telejornalístico apresentado na amostra analisada.

GRÁFICO 1 - Categorias de fontes no Jornal Nacional



Fonte: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do Jornal Nacional. Brasília, 2007.

Essa categoria se refere ao material em que as fontes oficiais e as outras fontes foram as únicas referências para o assunto, as quais realmente tiveram poder de intervenção sob o curso dos fatos. Muitas vezes, a temática estava ligada direta ou indiretamente aos

indivíduos anônimos, mas eles não eram representados nem como pano de fundo ou paisagem por meio de imagem e também não eram convidados a participar da discussão do fato noticiado. Essas fontes variaram entre as fontes da esfera privada e as da esfera pública. As falas que geralmente pertenciam, sobretudo às instituições públicas, foram, por exemplo, as falas do Presidente da República, de governadores de estado, ministros, especialistas nas áreas de economia, política e saúde. Além dessas, observou-se a presença de fontes oriundas da esfera privada, tais como as fontes oficiosas, compostas por representantes de classes (sindicatos e organizações não governamentais).

No período que compreendeu as edições dos dias 16 e 24 de junho, 12, 20 e 31, de julho, nas quais as fontes oficiais ligadas às instituições públicas prevaleceram em relação às outras, é possível afirmar que a temática mais freqüente dizia respeito à editoria de *polícia* e de *política*. Nas matérias na área de política, os indivíduos anônimos praticamente não apareceram, ou seja, não participaram. É como se a arena política fosse um espaço em que não coubesse a participação popular nessas duas áreas, mesmo que os assuntos, como violência urbana, roubos, assaltos e investigação de esquemas de corrupção, articulações partidárias, não estivessem diretamente ligadas à cotidianidade e não interferissem na vida do brasileiro.

Uma característica do Jornal Nacional que pôde ser observada e deve ser salientada é a de o telejornal evitar a apresentação de indivíduos anônimos no conteúdo, principalmente na editoria de *política*. Quando esses foram representados apareceram em imagens de pano de fundo, como uma paisagem, sem poder de intervenção sob o curso dos fatos noticiados. Diante disso, é possível entender que o Jornal Nacional não deu espaço aos indivíduos anônimos, mesmo que esse procedimento tenha sido imprescindível para a compreensão geral dos fatos, como, por exemplo, as matérias que estavam relacionadas às eleições e à alteração na legislação, votações no Congresso Nacional.

A segunda categoria de maior ocorrência é a que se enquadra no conteúdo com a fala e a imagem dos indivíduos anônimos, além de outras fontes (oficiais, oficiosas e *experts*). Essa categoria teve 17 ocorrências, o que significa aproximadamente 36% do conteúdo do telejornal. De acordo com a amostra, os períodos com maior índice de vezes em que os indivíduos anônimos e outras fontes falaram e foram representados por imagem foram os dias 16 de junho, 20 e 31 de julho, totalizando, só nesses dias, dez matérias que se enquadraram nessa categoria.

Em contrapartida, nos dias 23 de maio, 8 e 26 de junho e 24 de agosto, nenhuma matéria teve a presença dos indivíduos anônimos juntamente com outras fontes por meio de

imagem e fala. Essas datas marcaram os períodos em que as temáticas recorrentes foram: violência, política, economia, problemas de saúde pública que atingiam a população, mas os indivíduos anônimos não participaram da discussão. Como dito anteriormente, o telejornal em questão costuma evitar a utilização de fontes (personagens) comuns, recorrendo quase sempre às fontes institucionais, principalmente às falas ligadas ao Estado, deixando de lado a fala dos que muitas vezes estão envolvidos diretamente com os assuntos que constituem a pauta.

Ainda sobre o número de ocorrência das categorias das fontes utilizadas no Jornal Nacional, a terceira dizia respeito ao conteúdo que contém somente fontes oficiais e não apresentam nem a fala nem a imagem dos indivíduos anônimos. Essa categoria aparece cinco vezes, representado 11% do total. Nesse caso, percebeu-se a utilização apenas da fonte oficial, em que o indivíduo anônimo efetivamente não foi incluído no conteúdo. Nesse caso, as matérias que apresentaram apenas fontes oficiais foram as ligadas à editoria de *política* e tratavam de CPIs que aconteciam no Congresso Nacional.

Depois dessa categoria e com menor proporção, a categoria que apresentou apenas imagens dos indivíduos anônimos estava ligada à editoria de *polícia* e à editoria de *esporte*. No período em que essas categorias apareceram na amostra, o telejornal apresentava fatos ligados à violência urbana, conforme já mencionado, e à Copa do Mundo, além de uma matéria que mostrou brigas de torcidas organizadas em estádios de futebol. Muitas vezes, os indivíduos anônimos validavam o que a emissora propunha que os telespectadores pensassem a respeito do assunto e ficavam apenas como pano de fundo ou tinham função meramente ilustrativa. Essa categoria representou 4% de todo o conteúdo produzido pelo Jornal Nacional.

O telejornal também marcou o seu lugar de fala quando apresentou notas secas que continham, implicitamente, o discurso da emissora sobre os fatos sociais. A categoria que analisou a presença da voz do telejornal como fonte informativa mostrou que em 4% do conteúdo, o Jornal Nacional deixou implicitamente suas opiniões em relação aos fatos noticiados, uma delas em 31 de maio e outra em 20 de julho quando o assunto dizia respeito à ação do crime organizado no Brasil. O telejornal terminou o assunto com juízos de valor sobre a situação caótica e de desordem social que vivia os principais centros urbanos do País por causa de ações criminosas e violentas, uma vez que nessa ocasião o semblante do apresentador demonstrando tristeza, indignação e discordância disse mais do que a própria nota lida no ar.

Ao estabelecer uma relação entre os formatos jornalísticos, a presença dos indivíduos anônimos, as temáticas que os envolviam e a identificação de quem eram as pessoas que falavam para o telejornal, fez-se necessário o estabelecimento de outra categoria

analítica: a possibilidade de agir e de sofrer a ação do ponto de vista da cidadania. Em sua maioria, os indivíduos anônimos foram representados de maneira passiva e sem poder de intervenção no curso dos acontecimentos noticiados pelo Jornal Nacional.

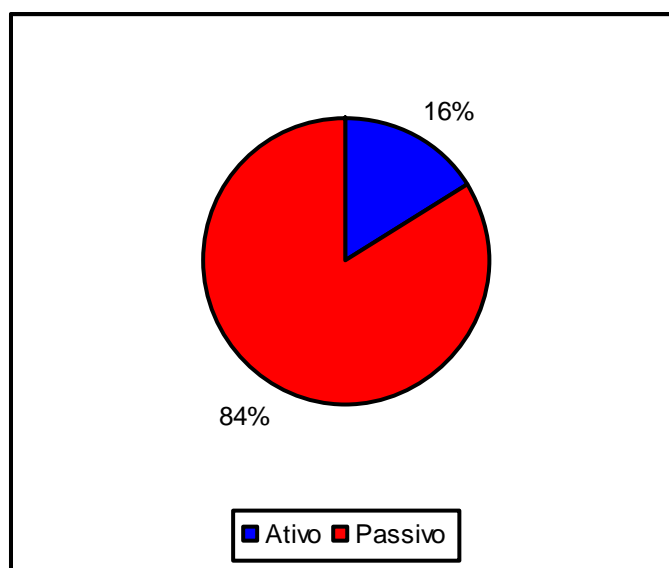
Os indivíduos anônimos foram representados por meio de imagem ou fala ou ainda por meio de imagem e de fala em 66% do conteúdo analisado, dos quais em 84% eles foram representados de maneira passiva, submetidos às ações do Estado, às ações criminosas ou ainda de empresas privadas que lesaram seus direitos como consumidores de produtos e serviços.¹⁹ Esses indivíduos anônimos não apresentaram capacidade e poder para intervir no conteúdo informativo, o que demonstra um índice alarmante. Isso significa que a maior parte dos indivíduos anônimos representados no telejornal esteve em uma condição de passividade em relação aos fatos sociais e foram submetidos às situações em que estavam envolvidos, como a falta de acesso às universidades públicas, falta de saúde pública de qualidade, indivíduos sem direitos enquanto consumidores e ausência de segurança pública que, em tese, deveria ser garantida pelo Estado e ainda ao Poder Público que sempre deu a última palavra no conteúdo contribuindo para a formação da opinião dos telespectadores.

É possível afirmar que quase sempre quando foram representados na condição passiva, os indivíduos anônimos infringiam a lei (criminosos e presos), praticando a ação; que estiveram submetidos à violência e à criminalidade, ou seja, sofrendo a ação, quando não tinham seus direitos garantidos e eram lesados pelos órgãos públicos e por empresas privadas.

Tais indivíduos anônimos, que eram representados de maneira passiva, serviram apenas para reforçar o que o telejornal pretendeu afirmar a respeito do assunto em questão. Na amostra analisada, nenhum dos depoimentos desses indivíduos anônimos serviu como agente efetivamente capaz de mobilizar ou de alterar os acontecimentos.

No que diz à representação ativa dessas fontes no Jornal Nacional, é possível afirmar que representa uma pequena parcela do conteúdo, apenas 16%. Nesse caso, os indivíduos foram representados de modo ativo quando foram identificados como trabalhadores e estiveram insertos no mercado de trabalho realizando atividades consideradas positivas dentro da dinâmica e da cultura nacional, bem como quando foram representados como torcedores otimistas, como foi o caso de pessoas comuns entrevistadas durante a Copa do Mundo. Os dias de maior ocorrência dessa forma de representação foram 16 de junho, 20 de julho e 16 de agosto, quando essas temáticas também foram observadas.

¹⁹ Matéria divulgada no dia 31 de maio mostrou que consumidores reclamavam por não ter informações adequadas e precisas nos rótulos dos produtos e se queixavam de serem “enganados” e de “não saberem de nada”.

GRÁFICO 2 - Cidadania dos indivíduos anônimos

Fonte: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do Jornal Nacional. Brasília, 2007.

A partir dessa análise, surgiu a necessidade de entender por que em alguns momentos os indivíduos anônimos foram identificados pela legenda do telejornal e, ainda, como isso ocorreu. Para tanto, foram criadas três categorias: a dos indivíduos não identificados (foram aqueles que falaram ao telejornal, mas não foram identificados de maneira alguma), a dos indivíduos identificados apenas pelo repórter ao longo de sua locução (por exemplo: ““Eu só vi os fios soltando, passando perto da gente”, contou uma moradora da região”,²⁰ e a dos indivíduos anônimos que efetivamente receberam a identificação por legenda, com lugar de fala bastante definido.

Dessa forma, o que se tem é que das vezes em que os indivíduos anônimos tiveram voz e fala no telejornal, em 71,6% dos casos, eles não foram identificados. Isso significa que o personagem não recebeu identificação nem por legenda nem pelo repórter, caindo literalmente no anonimato. O telespectador não soube o nome e nem a ocupação/profissão desses indivíduos que falaram para o telejornal. É importante ressaltar que quando isso ocorreu, os indivíduos anônimos enquadraram-se em cerca de 70% dos casos como indivíduos de segunda e terceira classe. Respectivamente, eram aqueles cidadãos comuns trabalhadores e os marginalizados que cometeram algum crime ou transgrediam a norma social. Esses últimos, geralmente, sem escolaridade e emprego.

²⁰ Jornal Nacional 12/7/2007.

A outra categoria que se destacou foi aquela que identifica os indivíduos anônimos por intermédio do repórter. Essa categoria representou 18,18% do total de vezes em que os indivíduos falaram ao telejornal e exprimiu a importância do discurso do telejornal ao identificar, a seu modo, os indivíduos anônimos entrevistados. Normalmente, o telejornal identificou da seguinte forma: “um morador, uma consumidora, uma passageira, a aposentada, o motorista, um comerciante, uma torcedora brasileira”.

O índice surpreendente foi, entretanto, a porcentagem baixa de indivíduos efetivamente identificados. Apenas 10,2% dos indivíduos que falaram ao Jornal Nacional foram identificados com legenda, na qual ficava registrado o nome da fonte e sua ocupação/profissão, ou seja, essas fontes anônimas tiveram lugar de fala quando eram economistas, funcionários públicos, jornalistas, médicos e advogados.

Cabe salientar que em alguns momentos, em uma mesma matéria, o telejornal utilizou para alguns indivíduos anônimos as três categorias, ora não identificava, em outro momento identificava apenas pelo repórter e, às vezes, os indivíduos anônimos foram representados pelas suas falas com identificação por legenda. Geralmente, os que não foram identificados ou que receberam identificação por intermédio do repórter pertenciam à segunda e à terceira classe, e aqueles identificados por legenda, pertenciam basicamente à primeira e à segunda classe, e isso dependia, quase que, em geral, da classe social que aparentemente ocupava e da profissão que tinha o indivíduo entrevistado.

Crimes, homicídios, roubos, tráfico de drogas, dor, sofrimento, medos, angústia e impotência. Esses foram os cenários nos quais estiveram presentes a maior parte dos indivíduos anônimos no Jornal Nacional. Donas-de-casa, moradores de bairros de classe média e favelas, trabalhadores, policiais militares, pais que lutam para que se faça justiça contra assassinos de seus filhos foram os indivíduos anônimos enquadrados na segunda classe de cidadãos que são, por definição, aqueles cidadãos pertencentes à classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira assinada, pequenos proprietários e funcionários da zona rural ou urbana, os quais efetivamente estão sujeitos aos rigores da lei, que representaram cerca de 15% dos indivíduos anônimos representados.

Por outra feita, e com menos representatividade (10%), traficantes, bandidos, detentos de penitenciárias, filhos acusados de matar os pais exemplificaram os indivíduos pertencentes à terceira classe de cidadãos, chamados de “elementos”, “bandidos”, ou “criminosos” pelo jargão jornalístico, que estiveram presentes no conteúdo por meio de imagens, mas não tiveram lugar de fala no telejornal. Isso indica que esses indivíduos foram

representados sempre algemados, sendo levados pela polícia aos departamentos e apareceram quase sempre sem camisa, cabisbaixos e sem nenhum poder de intervenção.

Esses indivíduos anônimos de segunda e terceira classe quase sempre estiveram presentes no debate sobre as questões que envolviam violência. Entretanto, o posicionamento de suas falas, sempre após a fala das autoridades públicas, minimizou o poder que eventualmente poderiam exercer no conteúdo. Fragilizados e impotentes diante dos fatos sociais, os indivíduos relataram suas angústias e, em uma condição de existência passiva, não maior diferença para o conteúdo apresentado pelo Jornal Nacional. As falas desses personagens tiveram sua importância e representatividade, minimizadas pelo discurso autoritário das fontes institucionais. O Estado, por meio de delegados de polícia, de inspetores, do governo do Estado de São Paulo, sempre aparecia com a promessa de desenvolver ações estratégicas para combater o crime organizado. Eles não comentaram as ações do crime organizado do ponto de vista do cidadão, e sim do ponto de vista da organização maior, o Estado como uma entidade social organizada. Na editoria de polícia, a fala das fontes oficiais exemplifica a linearidade e a autoridade dos discursos estatais.

O discurso vertical, linear e autoritário das fontes oficiais se contrapôs aos testemunhos dos fatos sociais representados pelos indivíduos anônimos. Esses não discutiam medidas, soluções, alternativas para a situação de segurança pública, o espaço destinado a estes personagens esteve sempre ligado a meros relatos da realidade, às reclamações, depoimentos que exprimiam o estado emocional e de indignação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nos cenários violentos²¹.

Nesse aspecto, o tipo de cidadania exercido pelos indivíduos anônimos se enquadra na cidadania passiva e não global, uma vez que esses personagens não têm poder para intervir e discutir com igualdade e diversidade as temáticas apresentadas no telejornal.

²¹"Mandou todo mundo deitar com a cara no chão, falou pra gente não reagir, que não era com a gente. Passamos o maior medo deitados", disse uma testemunha. /"Eu só vi os fios soltando, passando perto da gente", contou uma moradora da região./"É aterrorizante, a gente não é acostumado com isso", disse outro./ "Moro aqui há 52 anos, e nunca vi uma coisa dessas aqui", contou um comerciante. /"Parei para a passageira e os caras apareceram do nada. Mandaram descer e já foram jogando gasolina. Tacaram fogo", contou o motorista Adriano Almeida. JN 12/07/2006 /"Ele tava com muito medo. Ele tava muito apreensivo por causa dele ser policial, ele tinha medo", disse ela./ "Dois elementos passaram de bicicleta quando um gritou e falou: Atira, atira para matar que ele é filho de carcereiro", contou o delegado Odair Grilo./ Mandaram eu ficar na moral se mexesse eles atiravam. Eu vi a arma", diz uma vítima. JN 04/7/2006. "A gente tem vontade de largar tudo. A gente começa a ter uma sensação que tem mais bandido que gente boa, diante da nossa insegurança, diante da nossa realidade", fala um comerciante. JN 04/07/2006

Assim, descaracteriza-se a noção de que a mídia é um espaço para debate e discussão, em que idealmente deveria se estabelecer um contexto de conflitos, tensões e contradições, no qual a argumentação estratégica se refletiria em um maior ou menor grau de convencimento e participação para a resolução de conflitos.

Da forma como foram dispostas as falas dos indivíduos anônimos e a partir do conteúdo que apresentaram, pode-se afirmar que o Jornal Nacional, seleciona as falas e prioriza algumas delas dependendo do assunto a que está relacionada. Por essa razão, outros fatores se encarregam de descumprir princípios e propósitos para que a mídia se estabeleça como um espaço público de forma que o mundo da vida acaba sendo colonizado pelo mundo sistêmico e o social acaba sendo subjugado às categorias maiores da dominação, de poder e de dinheiro. Dessa maneira, pode-se afirmar que o espaço público midiático não esteve aberto às classes menos favorecidas e pobres, a não ser quando elas estiveram envolvidas em assassinatos, conflitos, tragédias, ou número elevado de mortos. A partir disso, tem-se que, efetivamente, o Jornal Nacional não se propõe a fazer um tipo de jornalismo chamado de jornalismo público, em que os cidadãos que são representados são sujeitos realizadores e construtores do processo social.

O desejo de justiça daquelas pessoas humildes que perderam familiares por meio da violência urbana, por outra feita, difere-se também do desejo de justiça daqueles indivíduos com nível de instrução e classe social mais elevada. Isto pode ser observado na matéria que mostrou a família de Liana e Felipe, jovens brutalmente assassinados.²² Os pais dos dois jovens entenderam que a justiça foi feita. Outro exemplo foi o julgamento de Suzane Richtöffen que foi extensivamente acompanhado e noticiado pelo telejornal. Isso demonstra que os crimes que acontecem nas classes sociais mais elevadas são investigados e julgados.

As classes menos favorecidas não foram representadas em nenhum momento no telejornal. A interpretação das imagens de acordo com Gustavo Bueno, ajuda a identificar que as imagens que estão na televisão podem ser consideradas aquelas que estão no mundo. Dentro do conceito de verdade e aparência, pode-se afirmar que, ao não serem mostrados na televisão, especificamente no Jornal Nacional, a justiça existe e é colocada em prática, neste caso, apenas para aqueles indivíduos que detêm condições sociais mais elevadas. Pessoas humildes envolvidas em crimes bárbaros ficam sem respostas em relação aos crimes que

²²“Eu esperava uma pena máxima, essa foi a máxima da máxima”, falou a mãe de Felipe. 12/7/2006

envolvem seus parentes e familiares, ou seja, ficam à margem da representação social, indicando que a morte de pessoas comuns, moradores de favelas, por exemplo, não têm nenhum significado ao ser comparado com a morte de pessoas mais favorecidas, como a família Richtöfenn.

Dessa maneira, ao expor os indivíduos anônimos no telejornal com um tipo de cidadania passiva, colocando as fontes oficiais como as únicas autoridades de fala consideradas pelo telejornal, a maneira como foram dispostos esses discursos de forma que, apenas as fontes oficiais puderam concluir os assuntos apresentados, demonstra a tendência do telejornal de ofuscar a imagem dos indivíduos anônimos em detrimento das fontes oficiais, e de aumentar a relevância dos indivíduos anônimos, caracterizando-os como meros testemunhos da realidade sem nenhum poder ou grau de intervenção. Maria Thereza Fraga Rocco (1991), ao discutir as autoridades dos discursos na televisão, afirma que é notório e perceptível que, em algumas ocasiões, haja o predomínio de um indivíduo sobre o outro quando o telejornal privilegia uma fonte em detrimento de outra, bem como, a maneira como serão dispostas, o lugar que elas vão ocupar no discurso televisivo (se aparecem em primeiro lugar ou por último) define a fala que irá prevalecer dentro do contexto de determinada notícia. Conforme afirma a autora:

A pessoa que diz é a autoridade, portanto goza de prestígio e, por conseguinte, o que disser será acatado, sobretudo levando-se em conta a forma pela qual acaba por dizer algo. Assim o verbal interage com o pessoal, tornando- indissociável.²³

Quando se discute a importância das fontes, observa-se que aqueles, já mencionados, que têm alguma ocupação ou profissão definida, foram, na maioria das vezes, identificados por legenda pelo telejornal (10,2%). Esses dados percentuais revelam um desequilíbrio na identificação das fontes de informação e demonstram que os indivíduos anônimos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas não foram considerados fontes essenciais para a construção das notícias no telejornal, ao terem sido representados sem importância e representatividade.

Conforme Gustavo Bueno (2000), é possível estabelecer uma relação entre o mundo real e o mundo da televisão, na medida em que o que constitui nossa realidade é também o que está nas telas da televisão, é possível demonstrar que há uma correspondência

²³ ROCCO, Op. cit., p.25.

entre a realidade do mundo e a realidade da televisão. A verdade, nesse caso, está relacionada muito mais à realidade aparente do que com a realidade do mundo. Dessa forma, os indivíduos anônimos, mesmo vivendo em contextos diferenciados dos que foram apresentados, podem ter entendido aquela realidade representada como sendo a realidade do mundo, da vida cotidiana, bem como a sua própria realidade, a forma como eles foram representados, sem autoridade e poder de intervenção diante dos fatos noticiados.

Ao considerar a importância que teve (14%) a representação dos indivíduos anônimos no Jornal Nacional na editoria *nacional*, devem-se esclarecer alguns pontos importantes. Os indivíduos anônimos representados nas temáticas mencionadas anteriormente, não participaram ativamente do debate público sobre as questões de infraestrutura, nas áreas de saúde e educação. A ausência do Estado caracterizou essa editoria que abordou os problemas enfrentados, principalmente nessas áreas, pelos brasileiros anônimos. Quando a temática, por exemplo, disse respeito ao atendimento de hospitais públicos, os indivíduos anônimos não tiveram poder de intervenção: ao contrário, eles funcionaram novamente como elementos que conferiram realidade aos fatos noticiados. Eles não agiram estrategicamente para defender seus direitos, apenas ofereceram relatos de fatos, de problemas e de reclamações e por isto, não foram identificados como indivíduos atuantes que puderam fortalecer o debate, intervir e alterar as condições existentes na realidade na qual estiveram inseridos.

Do ponto de vista da cidadania, isso significa que os indivíduos comuns foram meros representantes dos problemas, e, em alguns casos como na questão da venda da Varig, aqueles funcionários e trabalhadores sequer foram inseridos no debate. Dessa maneira, os indivíduos anônimos representados nesta editoria não foram capazes de falar sobre temáticas variadas e diversificar o seu discurso, uma vez que não exerceram cidadania plena ou global e, portanto, não tiveram capacidade de influenciar o poder político, exercendo um tipo de cidadania passiva em relação aos fatos noticiados. Dessa maneira, a amostra demonstra o que Vieira (2001) já havia discutido sobre os desafios que a cidadania tem para serem superados. De acordo com o autor, o primeiro deles seria seu âmbito potencialmente ilimitado, podendo abranger qualquer problema envolvendo as relações entre cidadãos e Estado. O segundo obstáculo é a dualidade no interior do conceito: concepção fina como *status* legal, isto é, cidadão como membro pleno de uma comunidade política particular; uma concepção espessa, como atividade desejável, na qual a extensão e a qualidade da cidadania estariam ligados à função de participação do cidadão em determinada comunidade ou em determinado assunto. E, nessa última reside o maior problema: os indivíduos anônimos representados no Jornal

Nacional não participaram ativamente da discussão, servindo apenas para conferir realidade aos fatos apresentados²⁴.

Os indivíduos anônimos representados nestes cenários pertenciam principalmente à segunda classe, formada por pessoas de classe média humilde, trabalhadores registrados, funcionários de empresas, como os funcionários da Varig, motoristas, e, geralmente variaram entre brancos, pardos e negros.

No que diz respeito à lógica operativa, segundo Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima, “*o texto do telejornal tem uma estrutura de movimento, instantaneidade, testemunhalidade, indivisibilidade de imagem e som, sintetização e objetividade*”.²⁵ Os indivíduos anônimos representados pelo telejornal nesta editoria, ofereceram seus depoimentos de modo muito rápido e instantâneo, uma vez que o telejornal não prioriza as fontes anônimas para a constituição do discurso jornalístico. As imagens dos indivíduos anônimos no telejornal tinham significações implícitas e explícitas nesta editoria. Nos contextos relacionados à saúde, foram mostrados indivíduos à mercê do Estado, dos médicos e do atendimento público.

Donas-de-casa e moradores de cidades onde a quantidade de chuvas ocasionou inundações e tragédias comentaram entristecidas, as consequências das condições climáticas²⁶. Sem poder de intervenção, sentindo-se impotente, a dona-de-casa ressaltou em sua fala o fato de que “infelizmente” aquilo não havia sido um sonho. De um lado, do ponto de vista da lógica operativa do telejornalismo, imagens das casas e das pessoas recolhendo seus pertences foram mostradas com um ritmo lento, e, com uma narração que demonstrou

²⁴ Sobre uma matéria que mostrou pesquisa informada que em 2010 boa parte da população brasileira viveria em favelas, os comentários dos indivíduos anônimos foram: “A discriminação é muito grande para quem mora em favela”, diz um morador./ “Tem muita gente passando fome aqui dentro”, denuncia uma moradora. “Sem dúvida, é mais fácil adquirir certos tipos de problemas e certos tipos de doença na favela”, comenta outro morador. JN 16/6/2006

²⁵ BARBEIRO; LIMA, *Op. cit.*

²⁶ “Levou tudo, né? Casa, sonho, a vida da gente que estava aí. Infelizmente, não foi um pesadelo foi realidade o que aconteceu com a gente”, lembra ela. JN 28/7/2006

”O que foi dito para o povo é que o tráfego aéreo estava ruim e que por isso teríamos que mudar de aeronave. Eu não ouvi nada e nem senti nada”, contou a passageira Elizabeth Cruz. 16 de junho de 2006

“Agora vou conseguir, vou no check in”, comemora o rapaz. 16 de junho de 2006

certo compadecimento e sentimentalismo do repórter, como se ele estivesse compartilhando, também a dor da perda dos moradores.

CONCLUSÃO

O Jornal Nacional evitou a utilização dos indivíduos anônimos no conteúdo e recorreu às fontes ligadas às instituições privadas e, principalmente, públicas para construir o discurso jornalístico. Por considerar a presença efetiva dessas fontes, o discurso do telejornal foi bastante vertical e linear, no qual a opinião do Estado, por intermédio de seus representantes, prevaleceu sobre a opinião dos indivíduos anônimos.

No Jornal Nacional, as representações dos indivíduos anônimos foram mais tímidas do ponto de vista percentual, mas considerando a amostra, os indivíduos anônimos também foram representados em cenários de violência, mas não puderam expor seus dramas individuais e não tiveram espaço para relatar os acontecimentos sob o seu ponto de vista. A fala desses indivíduos anônimos foi, em sua maioria, minimizada pelas falas das autoridades ligadas, principalmente, ao governo.

No que diz respeito à cidadania, no entanto, os indivíduos anônimos exerceram no telejornal, na maior parte do conteúdo analisado, o tipo de cidadania passiva, em que não tiveram seus direitos sociais, civis e políticos garantidos, não opinaram sobre questões globais e, portanto, não puderam ser considerados cidadãos plenos. Por esse ponto de vista, reforçou-se o que Luiz Martins (2002) defende em relação à presença dos cidadãos comuns nos telejornais, indicando que eles são incluídos quando estão envolvidos em tragédias, conflitos, crimes ou em situações de dor e desvantagem social.

Esses indivíduos anônimos, portanto, não tiveram espaço para discutir e polemizar efetivamente as situações que os envolveram na cotidianidade, na qual os dois telejornais configuraram um dos espaços públicos contemporâneos em que o maior desafio e obstáculo a ser superado é o da igualdade em que forças antagônicas deveriam atuar para, por meio da ampliação e do enriquecimento do debate, chegar a um consenso entre as partes com interesses distintos. E, assim, os telejornais desestimulam a prática da cidadania, ao conferir autoridade de fala ao Estado, à ciência e à política, legitimando essas instituições estatais, bem como as suas ações e, retratando os indivíduos anônimos brasileiros como indivíduos sociais sem poder de intervenção sobre o curso dos fatos sociais.

REFERÊNCIAS

ARBEX, J. *O poder da TV*. São Paulo: Scipione, 2001.

BARBEIRO, H; LIMA, P. R. de. *Manual de telejornalismo*. Os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 24ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUCCI, E. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

BUCCI, E.; KEHL, Maria Rita. *Videologias* - ensaios sobre televisão. São Paulo: Bomtempo, 2004.

BUENO, G. *Televisión: apariencia y verdad*. Gedisa editorial, Capellades Barcelona, 2000.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil* - o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FERREIRA, F. V. *Gráficos elaborados a partir de edições do Jornal Nacional e Jornal da Record*. Brasília, 2007.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

------. "Further Reflexions on Public Sphere". In: CALHOUN, C. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: Mit Press, 1993.

------. *O pensamento pós-moderno – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

MACHADO, A. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2000.

MATTELART, A.; MATTELART, M. *Pensar as mídias*. Loyola: São Paulo, Brasil, 2004.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Comunicação e sociedade* - cultura, informação e espaço público.

Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

------. *Comunicação, Cultura e Cidadania no Brasil*. In: Revista Comunicação e Espaço Público. Brasília: Ano IV Vol. 1 N° 2 dez/2001.

ROCCO, M. T. F. As palavras na TV: um exercício autoritário?. In: NOVAES, A. (Org.). *Rede imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SILVA, L. M. da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (Org). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002. p. 47-74.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, Vol. 2, 2005.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania - a sociedade civil na globalização*. São Paulo: Record, 2001.

WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Brasília: UnB, 2004.